

# **Vivências de crianças e adolescentes no Marajó: sexualidade, gênero e relações de colonialidade.<sup>1</sup>**

Avelina Oliveira de Castro (UFPA)<sup>2</sup>  
Maria Angelica Motta-Maués (UFPA)<sup>3</sup>

## **RESUMO**

Este artigo é resultado de uma pesquisa ainda em desenvolvimento que visa identificar, e interpretar, antropológicamente, narrativas de crianças e adolescentes (além de adultos) moradores do município de Breves, no Arquipélago do Marajó, sobre as múltiplas ideias e vivências de sexualidade entre crianças e adolescentes, sejam estas construídas, afetivamente, em relações de namoro, casamento e outras formas de enlances, ou em situações de violência e exploração. O material aqui apresentado é parte da pesquisa de doutorado da autora, que tem realizado trabalho etnográfico na sede do referido município, desenvolvendo como metodologia, a observação direta e participante, interagindo com os interlocutores, por meio da elaboração de desenhos, rodas de conversa, entrevistas, conversas informais e observação das interações sociais, analisadas sob a perspectiva de gênero. A partir das observações realizadas até aqui, chamo para diálogo para realização de minha análise, referenciais teóricos do feminismo e dos estudos de colonialidade que nos possibilitam inferir que as vivências dessas meninas estão atravessadas, historicamente e culturalmente, entre outras matrizes intervenientes, por uma relação de colonialidade que o município (não isoladamente) possui com a capital do Estado, Belém, para a qual tem desempenhado um papel de fornecedor de matérias-primas, da flora e fauna, mas também humanas, da gente marajoara que vem, secularmente, trabalhar na cidade, muitas vezes em verdadeiro regime de ‘servidão’, em que a personagem que melhor encarna esse regime é a menina, a chamada “cria de família”, que em muitos casos é abusada sexualmente pelos patrões e filhos destes. Além disso, tem-se observado na região também situações em que as meninas estão submetidas em uma rede de exploração sexual existente na orla do município (e arquipélago), fenômeno que tem as denominado de “meninas balseiras”. Além disso, há ainda situações diversas em que em relações de namoro, as meninas são entregues por suas famílias aos meninos quando engravidam destes. Todas essas realidades chamam a atenção porque possibilitam visualizar uma relação de colonialidade, não só de saber e de poder, mas também em uma forma que estou aqui chamando de “colonialidade de corpos”.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes, Sexualidade, Gênero.

## **Considerações iniciais**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação, Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), ambos programas da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email: avelinacastro@gmail.com

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Bolsista de Produtividade do CNPq, Orientadora da tese, em desenvolvimento, no referido programa. Email: angelicamaues@uol.com.br

O estudo em andamento tem como proposta desenvolver pesquisa para apresentar uma etnografia, a partir da coleta de dados sobre as relações relacionadas à sexualidade vividas por crianças e adolescentes, no município de Breves, no Arquipélago do Marajó, na Amazônia. Ressaltamos que essa temática já vem sendo trabalhada ao longo da trajetória da primeira autora, na imprensa, como jornalista, atuando como repórter, e em meus estudos acadêmicos, no mestrado, quando foi analisada a cobertura dos jornais O Liberal e Diário do Pará, de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (CASTRO, 2014).

O Arquipélago do Marajó está, inteiramente, situado no Estado do Pará e constitui-se, segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (2007), como uma das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos. O Arquipélago é formado por um conjunto de ilhas, que, em seu todo, constitui a maior ilha fluvio-marítima do planeta, com 49.606 Km<sup>2</sup>. Sua área é de 104.606,9 km<sup>2</sup> e possui 16 municípios.

Nesta pesquisa trabalho com a expressão “Arquipélago do Marajó”, usada pelo pesquisador Agenor Sarraf Pacheco, da Universidade Federal do Pará (UFPA), que em seus estudos mostra que naquela região, em função de características geográficas e culturais, existem “Marajós” (PACHECO, 2009, p. 20). De acordo com Pacheco (2009), a região conhecida como “Ilha de Marajó”, na foz do rio Amazonas, maior ilha fluvio-marinha do mundo, com quase 50 mil quilômetros quadrados, tem em sua área regiões de campos naturais, zonas de matas, praias, rios e mar. Toda essa diversidade geográfica e cultural levou o pesquisador a definir dois “Marajós”: o Marajó dos Campos, na parte oriental da região, e o Marajó das Florestas, no lado ocidental .

No Arquipélago do Marajó estão concentrados os municípios mais pobres do estado do Pará e do Brasil, que apresentam os menores índices de desenvolvimento humano (IDH). Trata-se de uma região com graves carências econômicas e sociais (PARÁ, 2012, p. 4), registrando o menor PIB per capita do estado.

De acordo com levantamentos constantes no Plano, elaborado por uma comissão interministerial do governo federal para pensar políticas públicas para a região, a área foi “descoberta pelo espanhol Vicente Pizón e batizada como Ilha Grande de Joanes e recebeu o nome de Marajó em 1754, que em tupi significa barreira do mar”. O documento fala também de como se deu o processo de ocupação e a dinâmica econômica do arquipélago:

Grande parte da população indígena da época da colonização foi dizimada durante as guerras ocorridas entre os portugueses e os Aruãs ou Aruac e Nhambiquaras, nações indígenas bastante numerosas que habitaram a então Ilha Grande de Joanes. Essa população foi duramente escravizada pelos portugueses que tomaram para si grandes áreas de terras por meio de concessões de sesmarias. Entre 1721 e 1740 foram distribuídas mais de 50 sesmarias. Desde o período colonial, a Região Amazônica integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil. A evolução socioeconômica da mesorregião do Marajó processou-se de forma cíclica, com sucessivas fases de prosperidade e depressão, baseadas principalmente no comportamento da pecuária (nas áreas de campos naturais da Ilha do Marajó) e do extrativismo (nas áreas de floresta). A agricultura também apresentou algum desenvolvimento naquela época (BRASIL, 2007).

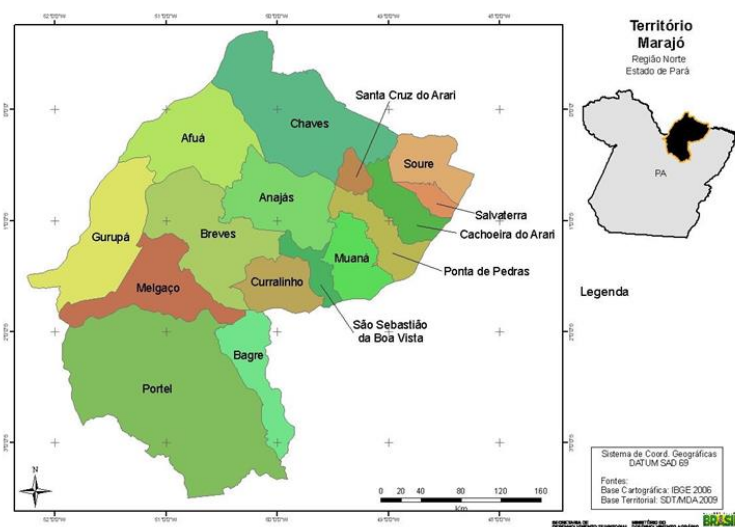
Sobre o processo de colonização e escravização, o Plano destaca que “as fazendas e engenhos do século XVIII e XIX continuaram a utilizar-se largamente do trabalho de escravos e indígenas” na lida com gados e búfalos, nas quais os fazendeiros da época utilizavam como força de trabalho tanto escravos quanto homens livres, sendo estes últimos indígenas e mestiços (BRASIL, 2007, p. 18). Na época, houve expressões de resistência à escravidão mediante fugas, o que teria dado origem à formação dos quilombos e mocambos em diversas regiões do arquipélago.

A economia marajoara dependia da exploração de vários produtos naturais, principalmente da coleta da borracha, da castanha do Pará. Até a década de 1960, a pecuária na Amazônia era praticada apenas em campos naturais, como os campos aluviais do Marajó, onde a exploração pecuária data do século XVII. Os latifúndios, surgidos nestas zonas, passaram por herança aos proprietários atuais. O caráter histórico de manutenção desses latifúndios aparece também nas relações de trabalho. Os atuais vaqueiros e capatazes descendem, na maioria, de antigos escravos que passaram tecnicamente à condição de agregados e dependentes após 1888 (Ximenes, 1997). O pagamento de seus serviços se dá parcialmente em espécie, parcialmente em autorizações para pesca, caça e extrativismo, bem como para a agricultura de subsistência e para a pecuária em pequena escala nos domínios do patrão. Ademais, não é rara a prática do aviamento, isto é, do endividamento do vaqueiro no armazém da fazenda (BRASIL, 2007).

Como é possível observar na narrativa do Plano citada acima, a região possui uma forte atividade econômica na pecuária, embora também desenvolva na área da pesca, caça e extrativismo, bem como na agricultura de subsistência. No entanto, destaca-se a referência que o texto faz a aspectos fundiários e de exploração dos moradores marajoaras.

Município-polo do Arquipélago do Marajó, Breves (foto 1) é chamado pelos moradores de “capital do Marajó”. O título, pelo que me contaram por lá, se deve ao fato da cidade congregar o maior número de serviços e políticas públicas, para onde se dirigem moradores das demais cidades quando precisam de algum atendimento público melhor, sobretudo nas áreas de saúde e educação.

Foto1:



Fonte: Base cartográfica IBGE 2006.

As observações realizadas até o momento foram feitas em dois períodos de permanência no município, nos últimos dois anos e registradas em cadernos de campo e gravações, objeto de análise neste artigo. E para buscar entender melhor essas relações e vivências chamamos para o diálogo, para realização desta análise, referenciais teóricos do feminismo e dos estudos de colonialidade.

### A etnografia em andamento

Vale destacar que na etnografia que estou desenvolvendo<sup>4</sup>, em Breves (Foto 2), estou tomando como referência, entre outros autores, Geertz (1989), que destaca que a “etnografia é uma descrição densa”, pois segundo o autor o que de fato o etnógrafo enfrenta é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, tecidas, amarradas umas as outras e que são também estranhas e irregulares, mas que precisa ser apreendida e depois apresentada.

<sup>4</sup> Quando for usado o verbo na primeira pessoa significa, especificamente, a “fala” da autora principal do artigo.

E isso é verdade em todos os níveis de atividade de seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989, p. 20).

E é tomando como base esse conceito de descrição densa de Geertz (1989) que tem sido enfrentado o trabalho de campo, na medida em que for possível coloca-la em prática, já que a temática em pauta está envolta em muitos tabus e reservas. Mas, tomando como base o conceito de descrição densa do autor, tenho me esforçado para interpretar além do que está demonstrado no desenho e enxergar além das tramas das estruturas, presente no olhar, no sorriso e até mesmo no silêncio, buscando ler o sentido desses desenhos e dessa vivência familiar para elas. Esse está sendo o início dos levantamentos, além das observações e entrevistas feitas com informantes e diversos atores sociais do município.

Foto 2: Imagem de Santana, na entrada de Breves.



Fonte: Acervo da autora.

O esforço para conseguir colocar em prática essa teoria tem sido grande, pois para Geertz (1989), a etnografia não se resume a um método, uma sequência de técnicas, mas trata-se de um esforço intelectual que representa um risco também, porque precisa dar conta de uma interpretação que vá além do que está dito, demonstrado, pois o que interessa é analisar as estruturas, as significações e sentidos dados pelas pessoas de uma determinada localidade, “o saber local”.

Trazemos para esse diálogo metodológico e epistemológico também o autor Patrício Guerrero Arias (2010), que nos ajuda a pensar nossas formas de fazer

etnografias e de fazer a escuta do outro. O autor propõe em seus estudos e reflexões que se una razão e sentimento, conhecimento e afetividade, o que se mostra importante para lidar com uma temática tão delicada e que envolve crianças e adolescentes. Nesse sentido, GUERRERO ARIAS (2010, p. 5) destaca que a colonialidade de matriz colonial-imperial – que foi vivida na América Latina, incluindo o Brasil – opera com o objetivo do controle absoluto da vida, nos campos econômico, político, cultural, da natureza e até da espiritualidade, com o fim de controlar saberes, subjetividades, imaginários e corpos, assim como as afetividades. É essa colonialidade e seus reflexos que tem sido observados, em Breves, no Marajó, nas vivências de crianças e adolescentes em relação a sua sexualidade e afetividades, ainda que com as reservas devidas ao saber específico que o autor invoca:

Una de las formas más perversas de la colonialidad del poder y del ser ha sido la negación de la afectividad en el conocimiento, al fragmentar la dimensión de lo humano en nombre de la razón cartesiana occidental hegemónica, mientras que las sabidurías chamánicas consideran que los seres humanos no somos sino “estrellas con corazón y con conciencia”(GUERRERO ARIAS, 2010, p. 5).

Nesse sentido, o autor propõe “corazonar” o conhecimento, uma resposta política de enfrentamento às colonialidades do poder, do saber e do ser, desconstruindo a hegemonia da razão e mostrando que a humanidade surge e se ergue a partir da relação entre a afetividade e a razão. “Corazonar”, portanto, seria mais do que coraçonar (traduzindo para o português e remetendo a ideia de ligação com o coração, com o emocional) o sentido das epistemologias dominantes do conhecimento e contribuir para a construção de uma nova proposta acadêmica, mas também dê outros sentidos para a própria existência humana. É esse exercício que tenho buscado levar a campo e para os meus estudos etnográficos para exercitar a empatia e a alteridade em minhas observações e análises das vivências e relações de crianças e adolescentes marajoaras, considerando as suas subjetividades nos seus processos relacionais.

### **Sexualidade de crianças e adolescentes na perspectiva de gênero e de colonialidade**

Alguns referenciais teóricos que tratam da sexualidade e da perspectiva de gênero têm contribuído para as observações em campo e para uma compreensão melhor da realidade observada em diversas vivências de crianças e adolescentes, em Breves.

Anthony Giddens (1993) é um deles. O autor destaca em sua obra “A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas” (1993, p.9) que nas últimas décadas ocorreu uma verdadeira “revolução sexual”, que precisa ser observada e estudada.

Giddens (1993) conta que começou a escrever sobre sexo e acabou também escrevendo sobre amor e sobre os gêneros masculino e feminino, e critica que alguns estudos, escritos por homens, não façam nenhuma menção ao amor e as discussões e reflexões de gênero apareçam apenas como um adendo. Nesse sentido, tem sido conduzida, também a pesquisa, observando e buscando analisar essas vivências (de amor) a partir da perspectiva de gênero, que Giddens discute em seus estudos sobre o que chama de “revolução sexual”, fazendo referência a uma “sexualidade plástica”, que ele define como sendo a sexualidade dissociada, apartada da ligação intrínseca que teve por muito tempo com a reprodução.

Quando observamos a atividade sexual dos adolescentes, hoje, a distinção da garota decente/garota vadia ainda se aplica em certo grau, assim como a ética da conquista masculina. Mas outras atitudes, por parte de muitas adolescentes em particular, mudaram radicalmente. As garotas acham que têm o direito de se envolver na atividade sexual, incluindo a relação sexual, em qualquer idade que lhes for apropriada (GIDDENS, 1993, p. 19).

Sobre essa questão destacada por Giddens, tenho observado em Breves, assim como em vários pontos da “beira” de todo o arquipélago do Marajó, meninas, crianças e adolescentes, sendo exploradas, sexualmente, em troca de óleo diesel, comida e dinheiro. As meninas vão em suas canoas para dentro das embarcações que atracam no porto do município e da região para serem exploradas por comerciantes e donos de embarcações, em geral, são chamadas de “balseiras” (MORAES, 2009).

Na última temporada da primeira autora em campo, no município, no entanto, foi observado que essa realidade é negada pela população mais pelo fato de ser um marca e/ou imagem negativa da região do que, propriamente, pela realidade em si, que parece ser de conhecimento de todos. O fato aparenta ter uma conotação de certa “normalidade” (com muitas aspas), como algo que já faz parte da vida (da cultura?) daquela localidade (MORAES, 2011). E nesse caso, a imagem das meninas (“balseiras”) é que fica atrelada a essa ideia construída, socialmente e historicamente, como “vadia”.

Ao realizar rodas de conversas com adolescentes do gênero feminino, na Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Gerson Peres, ouvi muitos relatos de moças com idade em torno dos 15 e 16 anos, ressaltando a importância da virgindade e da escolha da pessoa certa e do momento certo. “Professora, esse momento precisa ser muito especial, como nos contos de fadas porque, afinal de contas, essa é a minha honra”, disse uma adolescente de 16 anos, do 1º ano. “É preciso que seja com a pessoa certa, não pode ser com qualquer um”, complementa.

Essa fala da adolescente do primeiro ano foi repetida várias vezes, com palavras diferentes, por outras meninas nos diversos dias em que foram realizadas as rodas de conversa. Quando perguntadas sobre onde aprenderam ou ouviram falar sobre a questão da “honra”, citada por elas, as meninas não souberam informar com precisão. “Acho que, talvez, tenha ouvido a minha mãe falar ou alguma tia, não sei ao certo, mas eu concordo com isso, acho que precisa ser um momento especial mesmo”, disse uma outra adolescente, de 15 anos, também estudante do 1º ano.

Outra adolescente, de 17 anos, contou que já “perdeu a virgindade” com o atual namorado, mas que o fato acabou ganhando uma repercussão grande entre os colegas, na escola, e que ela ficou “mal falada”. “Ele (o namorado) me convidou para ir à casa de um amigo dele, que estava sozinho, porque os pais haviam saído. E acabou acontecendo. Não foi como eu imaginava, como vi nos filmes. Mas o que me deixou mal mesmo foi que no outro dia todo mundo no colégio já sabia do que tinha acontecido e as pessoas estavam me olhando e me tratando mal”, lembra a adolescente, que acabou tendo uma imagem junto à comunidade escolar, como “vadia”, no sentido referenciado por Giddens (1993). “A questão é que ele contou para o melhor amigo dele, e a informação acabou se espalhando”, explica a menina, acrescentando que terminou, imediatamente, o namoro, mas depois de muitas conversas com o namorado e vários pedidos de desculpas dele, acabou resolvendo prosseguir com a relação.

Nas rodas de conversas também foi falado sobre gravidez. As moças contaram que as mães delas morrem de medo delas engravidarem. “Na verdade, acho que o medo maior delas é que aconteça com a gente o mesmo que aconteceu com elas, que engravidaram muito novas, ainda adolescentes”, avalia uma das alunas, que é apoiada pelas colegas, que também contam que essa é uma realidade comum, em Breves: a gravidez na adolescência. O fato, em muitos casos, acaba resultando também em casamentos.



Sobre isso o psicólogo Pablo Cardoso Maia, que atua no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Breves, avalia e diz mesmo, – num certo tom acusatório não incomum – que os vínculos familiares naquele município são muito “frouxos”, pois segundo ele, as famílias acabam se revelando mais como um grupo de pessoas morando junto do que, propriamente, o sentido de família, de proteção. Nesse sentido, ele conta que é bastante comum as famílias darem as filhas ainda adolescentes quando estas engravidam. “É comum quando uma menina de família bem pobre engravida, a família chamar o rapaz que a engravidou e ‘dar’ para ele a moça grávida para ele assumi-la a partir daquele momento. E quando as famílias são mais abastadas, de classe média, as famílias da menina grávida chamam a família do rapaz e também “dão” as suas filhas para que a família dos meninos assumam-nas, só que neste último caso, a negociação de ‘dar a menina’ passa a ser entre famílias, e não mais direto com o rapaz que a engravidou”, conta o psicólogo, que mora em Breves há 30 anos e que já atendeu vários casos como esses. “Observo os papéis nessas famílias muito destroçados e isso também facilita muito a entrada das drogas, da violência e da exploração sexual”, acrescenta o psicólogo, fazendo referência aos diversos problemas vividos pelos adolescentes daquele município.

Interessante destacar que, no momento em que eu estava fazendo meus levantamentos de campo foi divulgada uma pesquisa que demonstra o local de destaque do Pará em casos de gravidez no período da adolescência. No dia 5 de fevereiro de 2017, um estudo do IBGE, intitulado “Estatísticas do Registro Civil” foi divulgado na capa do jornal O Liberal<sup>5</sup>, com a manchete “Estado do Pará lidera casos de gravidez na adolescência”. Os dados da pesquisa, divulgados no final de 2016, são referentes a 2015, e mostram que em números absolutos 33.009 bebês nasceram de mães com idade até 19 anos, o que equivale a 25,26% dos nascidos vivos daquele ano. Outro fato da pesquisa que chama a atenção é que 1.592 bebês nasceram de adolescentes com idade abaixo dos 15 anos, número que coloca o Pará em terceiro lugar no ranking nacional, ficando atrás apenas de São Paulo (3.054) e Bahia (2.201).

Essa pesquisa realizada pelo IBGE traz dados de nascimentos de bebês de mães adolescentes que ajudam a comprovar que as vivências sexuais se iniciam com idade ainda bem tenra. No caso do Pará, as mães com idade inferior a 15 anos coloca o estado em terceiro lugar nacional. Vale destacar que mesmo sendo números altos, o estudo foi

---

<sup>5</sup> A reportagem completa pode ser lida no Portal ORM, no link: <http://www.ormnews.com.br/noticia/para-segue-no-topo-da-gravidez-precoce>. Acesso em: 11, fev. 2017.

feito com base no número de nascimentos vivos, o que ignora os casos de gestações interrompidas por abortos naturais e provocados.

Os dados da pesquisa também se contrapõem à ideia muito presente no senso comum de que crianças e adolescentes não têm vivências de sexualidades e estão envoltas em uma aura de “pureza”, no sentido de castas. Em sua pesquisa “Sexualidade e Juventude na França”, Lhomond (2000) observou alguns comportamentos que mostram a iniciação da vida sexual na adolescência. A pesquisa ouviu 6.182 jovens, em 1992, que haviam nascido entre 1972-73 e que tinham idades entre 15 e 18 anos. Os levantamentos apontam que em 50% das situações, moças e rapazes beijaram pela primeira vez por volta dos 14 anos. No que diz respeito às primeiras carícias (não-genitais), os rapazes demonstraram ser um pouquinho mais rápidos: 15 anos e 7 meses para os meninos e 15 anos e 11 meses para as meninas. Já para o primeiro coito, a idade mediana era, à época, de 17 anos e 3 meses para os rapazes e de 17 anos e 6 meses para as moças (LHOMOND, 2000, p. 82).

Elaine Reis Brandão (2006), em seus estudos sobre adolescentes no contexto do processo de individualização, destaca que existe um apagamento em sua sexualidade, sobretudo quando esta vivência não se encontra submetida ao casamento como fora outrora. No caso das meninas, quando esta sexualidade é visibilizada está acompanhada do temor de uma gravidez, que “implicaria a assunção de um papel social de adulto – de pai e mãe – e que ela não estaria “pronta”, pois a adolescência desperta no imaginário coletivo atributos como instabilidade, imaturidade, crise” (BRANDÃO, 2006, p. 62).

Maria Luíza Heilborn (2006), ressalta a importância do estudo da sexualidade de adolescentes e sobre as diferenças de gênero, o que, segundo essa autora, pode ser observado desde a obtenção das primeiras informações sobre sexualidade, gravidez, menstruação, contracepção, entre outros assuntos ligados ao tema. A família, em especial pais e mães, desempenham papéis de destaque nessas primeiras informações.

As diferenças de gênero na socialização à sexualidade são igualmente bem nítidas, ainda que não assumam imprescindivelmente as formas esperadas. A mãe é sempre uma das principais fontes de informação das adolescentes do sexo feminino, mas exerce também papel importante na socialização dos meninos, sobretudo no que diz respeito à gravidez e à contracepção. Homens e mulheres se diferenciam entre si porque o pai também funciona como fonte de informação para os primeiros, enquanto, enquanto seu papel é nulo para as adolescentes do sexo feminino. Além disso, o grupo de amigos(as) e de colegas exerce um papel mais relevante junto aos rapazes do que junto às

moças, sendo seu peso relativo mais forte, nesse caso, que o da mãe, no que se refere a relações sexuais em geral (HEILBORN, 2006, p. 158).

Essas diferenciações de gênero de que fala Heilborn (2006) têm sido bastante observadas em Breves. No entanto, é preciso considerar que há um aspecto de “invisibilidade” envolvendo todas essas questões relacionadas/atravessadas pelas vivências de sexualidade, ao longo do tempo, além da própria invisibilidade de crianças e adolescentes em si.

A “invisibilidade” dessas categorias sociais (crianças e adolescentes) têm ressonância na sexualidade delas. Ao abordar a questão da sexualidade, o filósofo francês Michel Foucault (2011) destaca os jogos de interdições discursivas que permitem que algo seja dito e que outra fala seja silenciada, em determinado período histórico. Foucault (2011) destaca que há uma forte relação de poder incidindo sobre a sexualidade disciplinando-a, discursivamente, determinando aquilo que pode e não pode ser dito em determinada época. O autor destaca, com isso, que há uma forte relação de poder atravessando a sexualidade.

Nesse sentido, dialogando com Giddens (1993) e Foucault (1988 e 2011) sobre a questão da sexualidade e, em especial, as relações de poder atravessadas nessa prática social, que é regulada pelo sistema capitalista, Guerrero Arias (2010) fala da “colonialidade do ser”, que não opera de forma estrutural, diretamente, através das instituições políticas, econômicas, culturais, religiosas, linguísticas e da natureza, mas de uma forma considerada a mais perversa pelo autor, pois se instaura no mais profundo de nossas subjetividades e de nosso imaginário, na sexualidade e nos corpos “para fazer-nos cúmplices conscientes ou inconscientes da dominação”. Essa forma subjetiva de dominação, segundo o autor, tem como objetivo impor a colonialidade do poder e do saber existentes nas instituições e aparatos repressores do estado (tribunais, bancos, ONGs, igrejas, escolas, universidades, exército, polícia e meios de comunicação).

### **Uma “colonialidade de corpos”.**

Observando a questão da sexualidade e, em especial, as relações de poder atravessadas nessa prática social, trago para o debate também a questão racial que, embora não seja o centro de minha pesquisa, também está presente nela, uma vez que o povo marajoara enquadra-se, como já citado, resultante de uma colonização que

escravizou (e dizimou) indígenas e negros, cujos traços étnicos estão presentes nos rostos e corpos dos marajoaras até hoje.

A questão racial, portanto, aparece como um elemento determinante de dominação no sistema capitalista colonial moderno. Segundo Anibal Quijano (2005, p. 120), na América, “a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”. A constituição da Europa e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica que, historicamente, “significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados”.

Para o autor, os reflexos dessa relação de inferioridade racial/exploração do trabalho continuam presentes até hoje. O colonialismo acabou, mas as relações de poder que ele engendrou estão presentes na forma da colonialidade, na atualidade. Quijano (2005) faz referência ao modelo de Estado-Nação que seguimos e o modelo de família (burguesa), além das questões de racismo, etnocentrismo e as relações de trabalho análogas à escravidão. Nesse sentido, tenho buscado pensar também em relações de trabalho específicas observadas, em Breves, como a questão das “crias de família”, situação em que as crianças e adolescentes que são dadas pelas famílias para serem “criadas” por outras famílias, com o objetivo de “estudar” e que acabam sendo exploradas no trabalho infantil – e até sendo abusadas sexualmente, e também a situação que envolve as “balseiras”, crianças e adolescentes que são colocadas na rede de exploração sexual, na orla (“beira”) do município.

Ainda não tenho observações e dados fechados sobre a existência da questão racial como elemento determinante nessas duas relações de exploração do trabalho (infantil e adolescente das meninas). No entanto, é notório que Breves, assim como todo o arquipélago do Marajó, é uma região amazônica, na qual há a predominância do fenótipo de pessoas negras e/ou com traços indígenas, características apontadas nos estudos de Quijano como sendo os principais traços raciais dessa forma de dominação classificada por ele como colonialidade do poder. Isso sem contar que se trata de uma comunidade no arquipélago do Marajó, na Amazônia, região que está inserida em uma relação de colonialidade em relação à Belém e às regiões Sul-Sudeste do país e mesmo em relação aos países estrangeiros, tradicionais exploradores da região amazônica.

Nesse sentido, minhas observações em campo e reflexões têm me levado a ver uma espécie de “colonialidade de corpos femininos”, que tem sido postos,

historicamente, de forma central em diversas relações sociais, inclusive mercantilizados/explorados pelo sistema capitalista colonial moderno, de forma “naturalizada” e “invisibilizada”. E mesmo em relações que, a princípio, estariam “fora do sistema”, como no caso das que são construídas em vivências de afetividade, de formação familiar, como namoros e casamentos informais, ainda assim são os corpos femininos, em muitos casos ainda adolescentes, que são “dados” ou “colocados” como “moeda de troca” pelas famílias para a manutenção das relações familiares e sociais da comunidade.

Importante ressaltar que, inicialmente, as teorias de colonialidade não levaram em consideração as questões de gênero – que estou considerando em minha pesquisa – no processo de construção das dicotomias de poder observadas nas dimensões de poder, saber e ser. No entanto, estudos mais atuais fazem reflexões importantes sobre o gênero como categoria de dominação, categoria fundamental na instituição e fundação da Modernidade/Colonialidade.

A autora argentina Maria Lugones é professora na universidade de Binghamton, em Nova York, integra o grupo Modernidade/Colonialidade e acrescentou o conceito de colonialidade de gênero às formas de colonialidade do ser, do poder e do saber. E um dos seus pensamentos principais é o conceito de sistema colonial/moderno de gênero, e também a intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade.

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas (LUGONES, 2014, p. 936).

É um pouco esse o sentido do que tenho observado em relação às três vivências de adolescentes, em Breves, que estão atravessadas em seus corpos e sua sexualidade: “crias de família”, “balseiras” e em situações de namoro que resultam em gravidez ou que ficam “sérias”. Por essa razão, estou tomando os estudos da autora argentina também como referência para buscar uma compreensão maior da dinâmica de colonialidade que atravessa os corpos femininos das adolescentes no Marajó.

Para Lugones (2014) pensar a colonialidade do gênero é uma forma de complexificar ainda mais a compreensão de Quijano sobre o sistema de poder capitalista e a colonialidade de poder. Ou seja, a autora argentina também critica a compreensão daquele autor sobre gênero, visto por ele “só em termos de acesso sexual às mulheres”. Lugones (2014, p. 5) explica que ao usar o termo colonialidade a sua intenção “é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação” (LUGONES, 2014, p. 5). Ou seja, resumindo, seria fazer uma referência “ao processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos”.

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da “diferença colonial”. Tais seres são, como sugeri, só parcialmente compreendidos como oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero (LUGONES, 2014, p. 939).

A partir desta reflexão central colocada na citação acima, a autora propõe um enfrentamento à colonialidade de gênero, que invisibiliza pessoas e desconsidera a intersecção gênero, sexualidade, raça, classe social e colonialidade. E como consequência, Lugones (2014) propõe a descolonização do gênero.

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são

construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos. Além disso, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela (LUGONES, 2014, p. 940).

O pensamento de Lugones se mostra bem atual e interessante para se pensar as relações construídas na sociedade latino-americana, pensando de forma especial no Brasil e de forma mais especial, ainda, na Amazônia, em uma comunidade do Arquipélago do Marajó, onde concentro a minha pesquisa.

Nesse sentido, tenho buscado compreender as dinâmicas de gênero e colonialidade que atravessam as vivências de sexualidade de adolescentes no Marajó, uma vez que tenho observado, claramente, todas essas dimensões da colonialidade de poder, saber e ser, assim como também de gênero, uma vez que o homem e a mulher marajoara se enquadram nessa relação de exclusão, de não visibilização dentro de uma visão eurocêntrica, que não considera os diferentes do padrão homem e mulher brancos e burgueses. E um outro conceito da Lugones que vai ao encontro dessa reflexão é o de “world-travelling” que significa viajar-entre-mundos, e que convoca os estudiosos decoloniais, sobretudo os voltados para as questões de gênero, a pensar um novo feminismo, não eurocêntrico e universal, que permita sair do mundo ao qual estamos acostumados para um mundo onde somos vistos como “outsiders” e somos considerados diferentes do mainstream.

É importante destacar que a historiadora Mary Del Priore (2009) ao pesquisar a história da mulher no Brasil, em especial ao se referir ao período colonial, na obra “Ao sul do corpo”, destaca que a mulher nesse período passou por um “processo de adestramento”, por meio de discursos que impunham padrões ideais de comportamentos importados da Metrópole. Esse processo de adestramento teve como principais porta-vozes discursivos os moralistas, pregadores e confessores, ligados à igreja católica, que teve participação de destaque no processo de colonização brasileira, e os médicos, que contribuíram com o seu discurso normativo sobre o funcionamento do corpo, dando uma espécie de “caução” ao discurso religioso, uma vez que “asseverava cientificamente que a função natural da mulher era a procriação” (PRIORE, 2009, p. 23-24). E dessa forma, “a mentalidade colonial foi sendo assim lentamente penetrada e impregnada por esse tipo de discurso”, que tem eco até os dias de hoje.

A interdependência estreita entre as estruturas sociais e aquelas sexuais e emocionais mostrava que os comportamentos femininos não podiam estar dissociados de uma estrutura global, montada sobre uma rede de tabus, interditos e autoconstrangimentos sem comparação com o que se vivera na Idade Média. Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização (DEL PRIORE, 2009, p. 24).

Ainda sobre a questão do processo de colonização brasileiro na construção das diferenciações de gênero, que colocaram a mulher em situação de inferioridade, a autora diz:

O modelo escravista de exportação vincava as relações de gênero. Além dele, a tradição androcêntrica da cultura ibérica e os objetivos da empreitada colonial estimulavam os homens – padres, governantes, cientistas – a estabelecerem um papel identificado com o esforço de colonização para todas as mulheres, indiscriminadamente (DEL PRIORE, 2009, p. 22).

E mais adiante, Priore (2009, p. 22) também destaca:

É importante destacar que parte do contingente feminino – a quem tanto o Estado quanto a Igreja ultramarina se dirigiram, recomendando que se casasse e constituísse famílias – chegava aos homens pelo caminho da exploração ou da escravização, acentuando, assim, nas suas desigualdades, as relações de gênero. Tais diferenças foram importantes na constituição dos papéis femininos e serviram para a fabricação de estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial e mais tarde incorporados pela historiografia.

Com seus estudos e análises, como as citadas acima, Del Priore (2009) contribuiu muito para a pesquisa que ora estou desenvolvendo, pois mostra como esse processo de colonização brasileiro atravessa os corpos femininos, historicamente, envolvidos em situações de exploração, violência e regulações de sua sexualidade, muitas vezes, usados dentro da lógica sistêmica de exploração e relação de poder e econômica, conforme estamos debatendo ao trazer para o nosso debate sobre as vivências de adolescentes no Marajó, atravessados por questões de sexualidade e gênero, os estudos latinos de colonialidade e de feminismo decolonial, como demonstrado, anteriormente.

Nesse sentido, o que tenho percebido é que, em especial as meninas, moradoras de Breves estão imersas em relações as mais diversas, que as colocam em situação de “servidão”, nas quais elas são “dadas” para servir o outro. Além disso, tenho observado que elas vivem com o olhar sempre voltado para a capital Belém – que estaria no papel



de colonizador -, como um lugar que representaria uma possibilidade de melhoria de vida (FERRÃO, 2016).

Seja como “crias de família” (MOTTA-MAUÉS, 2004), quando são ‘dadas’ por suas famílias originárias, para outras, mais abastadas, da capital paraense, para serem (pretensamente) cuidadas e para “estudar”, ou quando em situações evidentes de exploração sexual, em que lhes é atribuída, localmente, a designação – não reconhecida e veementemente recusada por quem a recebe - de “balseiras”, por serem exploradas sexualmente nas embarcações que aportam e permanecem breve tempo no município. Ou até mesmo em situações de namoro, em que muitas vees são “dadas” pelos pais para as famílias dos namorados.

Neste sentido, observo que esses corpos femininos são envoltos em práticas sociais – e sexuais – que denotam uma posição de servidão, que são explorados, inclusive economicamente, em alguns casos, funcionando como uma espécie de ‘moeda de troca’, seja monetária ou social, mas que, numa certa tradução local (mas não só), fortemente manteria aquela comunidade funcionando da mesma forma, ao longo do tempo, em suas práticas sexuais e de construção de enlaces afetivos e de família, numa relação de colonialidade, não só de saber, poder e de ser, mas de gênero (LUGONES) e também em uma forma que estou aqui chamando de “colonialidade de corpos”.

### **Considerações finais**

As leituras sobre gênero e colonialidade têm me possibilitado observar em campo, entre outras coisas, dinâmicas relacionais entre o município de Breves, no Arquipélago do Marajó, e Belém, que me dão a ver que entre os dois municípios (mundos) há uma relação de colonialidade. O destaque nessa questão é muito mais para uma colonialidade de saber e de ser – além da colonialidade de gênero – do que para uma colonialidade de poder, de cunho econômico e político, embora ela também seja percebida. O município fornece várias matérias primas de origem extrativista para Belém, como madeira, gado e açaí. Mas também fornece gente marajoara, com destaque especial para crianças e adolescentes do gênero feminino, que são dadas por suas famílias originárias para serem criadas e estudar na casa de outras famílias da capital, o que na antropologia se tem designado como “crias de família” (MOTTA-MAUÉS, 2010), uma prática secular que vem sendo atualizada até os dias atuais. Além disso, o município também “fornece meninas” para os barqueiros que vão de Belém para

abastecer o município, numa dinâmica de exploração sexual, que já está “naturalizada” e também invisibilizada pela sociedade brevense e marajoara, como um todo, já que essa prática das chamadas “balseiras” se repete por toda a “beira” (orla) do arquipélago do Marajó, envolvendo vários municípios da região. E mesmo em relações de namoro, as meninas são “dadas” para a família dos meninos, também em uma relação de servidão, quando engravidam ou quando fogem de casa repetidas vezes e a relação “fica séria”.

Nesse sentido é possível observar uma colonialidade da vida brevense e marajoara em geral. Nessa região é possível observar que a colonialidade atinge de forma profunda as subjetividades, imaginários e até as afetividades das pessoas, em especial das crianças e adolescentes que estão nas relações observadas nesse estudo etnográfico, o que nos leva a pensar que lá se desenvolve uma dinâmica que estamos chamando de “colonialidade de corpos”, mas não qualquer corpo, pois os que são colocados nas vivências e práticas de opressão e exploração, de servidão, são os corpos femininos, o que nos leva a ver um forte atravessamento da questão de gênero nas relações sociais.

Meninas adolescentes, estudantes do ensino médio da rede pública, em Breves, que estariam em tese longe dessa “colonialidade de corpos”, em rodas de conversa, ao falarem de seus sonhos de formação profissional apontam para Belém como um local no qual vêem uma possibilidade de melhoria de vida. A capital paraense aparece nas narrativas dessas meninas como um objetivo de vida como moradia para alçar vãos profissionais e de independência. As falas nos remetem ao passado colonial brasileiro em que as famílias mais abastadas mandavam seus filhos estudarem em Portugal, o país colonizador. Assim, podemos perceber a atualização discursiva de uma relação de colonialidade, nesse caso de Breves com Belém. A colonialidade de ser também é observada nas mentes dessas meninas que estão longe de vivências de exploração ou de submissão, mas que alimentam em seu imaginário a ideia de Belém, que estaria na posição de “colonizador”, como um local que lhes possibilitaria mais recursos e conhecimento para alcançarem melhoria de vida.

Todas essas observações, apontadas ao longo deste artigo, nos levam a uma reflexão sobre a necessidade de de-colonizarmos a nossa mente, os nossos estudos e nossa forma de fazer nossas etnografias, nossos estudos antropológicos. A proposição de Guerrero Arias de rompermos com a colonialidade de alteridade e de darmos visibilidade e escuta ao outro, valorizando seus conhecimentos, sentimentos e nos

abrindo para fazer o que ele chama de “corazonar” o conhecimento e nossas práticas antropológicas têm nos desafiado. Após a leitura dos estudos e reflexões sobre colonialidade, em especial, na perspectiva desses dois autores (Quijano e Guerrero Arias), o nosso cuidado tem sido no sentido de “corazonar” a nossa etnografia.

Por fim, vale destacar que esta é uma etnografia que ainda está em andamento e que as considerações finais, aqui apresentadas são resultado de observações, leituras e análises feitas até o momento, não podendo ser vistas ainda como conclusivas, na forma como apresentamos em nossos escritos.

## Referências

CASTRO, Avelina Oliveira de. Crias do abuso na Amazônia: os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, 2014.

FERRÃO, Euzalina da Silva. Vaqueiros, compadres, criadores de gado e transformações nos campos do Marajó: relações sociais em mudança. Tese – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2016.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 2003.

GUERRERO ARIAS, Patricio. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existência (Primeira parte) Calle14: revista de investigación en el campo del arte, vol. 4, núm. 5, julio-diciembre, 2010, pp. 80-94. Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, Colombia.

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A Antropologia da mulher no Brasil in COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MORAES, M. L. Uma comunidade ribeirinha: etnografia e cotidiano, marretagem e outras histórias na Amazônia Marajoara, Dissertação – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2011.

MOTTA-MAUÉS, M. A. . Trabalhadeiras e Camarados: Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: UFPA, 1993.

MOTTA-MAUÉS, M. A. . Na casa da mãe/ na casa do pai: anotações (de uma antropóloga & avó) em torno da circulação de crianças. Revista de Antropologia (São Paulo), São Paulo, v. 47, n.2, p. 427-452, 2004.

PACHECO, Agenor Sarraf. En el corazón de la Amazonia: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org). A colonialidade do saber , Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. 2005, pp. 227-278.